



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
TERMO DE REFERÊNCIA – Nº 1/2026
PREGÃO – Art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021
 PGEA 1.18.000.002057/2021-96

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

A presente contratação tem como objeto o serviço de engenharia para a adequação e modernização do Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio (SDAI) da Procuradoria da República no Estado de Goiás (PR-GO), incluindo fornecimento, instalação, comissionamento e treinamento, visando aprimorar a infraestrutura de segurança contra incêndios e garantir a conformidade com as normas vigentes.

a) O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (item 3.1).

b) **Ramo de Atividade predominante da contratação:**

CNAE: 4322-3/03 - INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO.

c) **Quantitativos estimados:**

Os quantitativos estimados para a contratação, incluindo equipamentos e serviços, encontram-se detalhados na Seção 4 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e serão pormenorizados em planilha orçamentária, em conformidade com o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

d) **Prazo do contrato:**

O prazo de vigência da contratação será de **180 (cento e oitenta) dias corridos**. Este prazo global abrange e considera todas as fases, desde a apresentação da ART, o prazo para a execução do objeto, o prazo para recebimento provisório, o prazo para recebimento definitivo, até a liquidação e o pagamento do serviço.

O prazo máximo para a execução do objeto, conforme cronograma físico-financeiro, será de **90 (noventa) dias corridos**.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado (art. 111, da Lei nº 14.133/2021), independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

e) Quadro resumo contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
01	SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO (SDAI) DA PR/GO, INCLUINDO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, COMISSIONAMENTO E TREINAMENTO.	873/2011	R\$ 143.038,67

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar para a Adequação do Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio (SDAI) da PR-GO, que é o apêndice deste Termo de Referência. A necessidade crítica da modernização do SDAI é detalhada no ETP, que aponta a obsolescência e o funcionamento parcial do sistema existente, comprometendo a segurança dos ocupantes e a integridade do edifício, além de não atender aos requisitos das normas NT 19/2022 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO) e ABNT NBR 17240.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir: ID PCA SGA: PRGO-D0016/24
- 2.3. O enquadramento da contratação fundamenta-se no artigo 28, inciso I, e artigo 6º inciso XXI a) da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na modernização completa do Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio (SDAI) da Procuradoria da República no Estado de Goiás, compreendendo a substituição de equipamentos obsoletos, instalação de novos componentes tecnologicamente

atualizados, adequação às normas vigentes e implementação de sistema integrado de detecção e alarme.

3.1. Especificação Técnica Da Solução

3.1.1. Escopo dos Serviços

A contratada deverá executar os seguintes serviços:

- a) Fornecimento de equipamentos e materiais, incluindo central de detecção endereçável, detectores de fumaça, acionadores manuais, sinalizadores audiovisuais, cabos, acessórios e demais componentes necessários;
- b) Instalação e montagem de todos os equipamentos e componentes do sistema, incluindo infraestrutura de cabeamento e fixações;
- c) Comissionamento completo do sistema, com realização de todos os testes funcionais e de integração necessários;
- d) Treinamento operacional para os usuários do sistema, incluindo procedimentos de operação, manutenção básica e resposta a emergências;
- e) Elaboração da documentação técnica final (*as built*), incluindo manuais de operação, manutenção e garantia.

3.1.2. Escopo dos Serviços

O sistema a ser implementado deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Conformidade normativa: Atendimento integral às normas NT 19/2022 do CBMGO e ABNT NBR 17240, conforme especificado no ETP;
- b) Tecnologia endereçável: Utilização de sistema endereçável que permita identificação precisa do ponto de detecção;
- c) Cobertura completa: Proteção de todas as áreas da edificação conforme análise de risco e exigências normativas;
- d) Compatibilidade com infraestrutura existente: O novo sistema deverá ser compatível com a infraestrutura e sistema de detecção e alarme existentes na edificação, aproveitando ao máximo os recursos já instalados;
- e) Integração: Compatibilidade com sistemas existentes e possibilidade de expansão futura;

- f) Confiabilidade: Equipamentos com certificação adequada e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

3.2. Resultados Esperados

Com a implementação da solução, espera-se alcançar:

- a) Sistema de detecção e alarme de incêndio totalmente funcional e em conformidade com as normas vigentes;
- b) Detecção precoce e confiável de princípios de incêndio em todas as áreas da edificação;
- c) Alerta imediato e eficaz aos ocupantes em caso de emergência;
- d) Redução significativa dos riscos de sinistros e preservação do patrimônio público;
- e) Melhoria das condições de segurança ocupacional e conformidade legal.

3.3. Metodologia De Execução

A execução dos serviços poderá ocorrer durante o horário normal de funcionamento da PR-GO. A contratada deverá informar à fiscalização, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, sobre as intervenções de maior impacto, para que sejam tomadas as medidas adequadas junto ao público do edifício.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) Logística reversa e reciclagem: Exigir que o fornecedor implemente um programa de logística reversa para os equipamentos antigos e garanta que os componentes eletrônicos sejam encaminhados para reciclagem especializada.
- b) Eficiência energética: Especificar equipamentos com certificação de eficiência energética e implementar recursos de economia de energia, como modo de espera de baixo consumo.

- c) Redução do uso de materiais: Priorizar equipamentos com design compacto e que utilizem menos materiais, além de optar por soluções que aproveitem ao máximo a infraestrutura existente, reduzindo a necessidade de novos cabeamentos.
- d) Minimização de emissões: Planejar as instalações de forma a otimizar o número de visitas técnicas necessárias e priorizar fornecedores locais ou regionais para reduzir as distâncias de transporte.
- e) Treinamento e conscientização: Incluir no treinamento dos operadores informações sobre o uso eficiente do sistema para economia de energia.
- f) Manutenção preventiva: Estabelecer um plano de manutenção preventiva para prolongar a vida útil dos equipamentos, reduzindo a necessidade de substituições frequentes.
- g) Documentação digital: Priorizar o uso de documentação digital para manuais e relatórios, reduzindo o consumo de papel.

4.2. Indicação de marcas ou modelos

Na presente contratação, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o levantamento de mercado indicam modelos e fabricantes específicos como referência para o Painel Central de Controle de Alarme de Incêndio Endereçável (OCTO+ da Global Fire), Painel Repetidor para Central OCTO+, Sirene Audiovisual Endereçável (WALKIRIE da Global Fire), Detector Óptico de Fumaça Endereçável (XP95 da Apollo Fire), entre outros. Contudo, a Administração admitirá a apresentação de propostas com equipamentos e componentes de outras marcas, desde que comprovem compatibilidade técnica e funcionalidade equivalente ou superior às especificações de referência, garantindo a integração com a infraestrutura híbrida existente e o atendimento pleno aos requisitos normativos.

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

Não há vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço objeto desta contratação, desde que atendam aos requisitos técnicos e de compatibilidade exigidos.

4.4. Da exigência de carta de solidariedade

Não será exigida carta de solidariedade do fabricante para o fornecedor ou interessado, salvo se a análise de risco da proposta vencedora indicar a necessidade para garantir a execução do contrato.

4.5. Subcontratação

A subcontratação do objeto contratual é **vedada**. Conforme justificativa detalhada no Estudo Técnico Preliminar, a modernização do Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio (SDAI) é um projeto complexo que exige integração técnica e responsabilidade unificada para garantir a segurança da edificação e a conformidade normativa. O parcelamento da solução poderia resultar em incompatibilidades técnicas, fragmentação de responsabilidades e dificuldades na manutenção futura do sistema.

4.6. Vedação de Consórcios

Conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar (item 8.8), a participação de empresas reunidas em consórcio não será admitida nesta contratação.

O porte e a complexidade de execução desta contratação, que exige integração técnica e responsabilidade unificada para a segurança da edificação e conformidade normativa, fundamenta esta decisão, visando evitar a fragmentação de responsabilidades e otimizar a gestão do contrato eliminando riscos e trabalhos demasiadamente onerosos para a Administração.

4.7. Não Aplicação da Margem de Preferência

Em consonância com a análise realizada no Estudo Técnico Preliminar, não será aplicada margem de preferência para esta contratação, nos termos do art. 26 da lei nº 14.133/2021. A natureza deste serviço de engenharia, que integra fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, não apresenta preponderância de itens que justificassem a aplicação da margem, não havendo vantagens relevantes para a Administração Pública na sua utilização neste caso específico.

4.8. Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias corridos após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pelo caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total da contratação.

- 4.8.1. Por se tratar de serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, com validade de 90 (noventa) dias corridos após o término da vigência contratual.
- 4.8.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
 - 4.8.2.1. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
 - 4.8.2.2. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
 - 4.8.2.3. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.8.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.8.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

- 4.8.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.8.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.8.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.8.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.8.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.8.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- 4.8.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.8.8. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.8.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.8.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

- 4.8.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.8.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.8.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.8.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.8.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.8.13.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.8.13.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.8.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.8.15. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.8.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.8.17.A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.8.17.1. Quanto aos prazos de garantia, desde que observadas e respeitadas as disposições legais aplicáveis, prevalecem os períodos estabelecidos neste Termo de Referência e nas especificações técnicas do fabricante, salvo quando for verificado prazo maior na descrição contida na proposta comercial do fornecedor.

4.8.17.2. Para os materiais e/ou serviços que não apresentam indicação do prazo de garantia, a Contratada deverá observar a garantia mínima estabelecida na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.9. Vistoria

4.9.1. É facultado e recomendável a realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais;

4.9.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, mediante agendamento.

4.9.3. A vistoria deverá ser agendada com servidor da SMSG/CA, pelo telefone (62) 3243-5356, e ser realizada das 09h às 17h. E-mail: prgo-smmsg@mpf.mp.br.

4.9.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9.5. Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo a seguir:

Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições Inerentes à Natureza do Serviço

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal ou preposto, o(a) Sr(a). _____, portador da identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como com as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Goiânia (GO), *(dia)* de *(mês)* de *(ano)*

(Nome completo do responsável ou preposto)

Assinatura

4.9.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.10. Capacidade Operacional

A licitante vencedora deverá apresentar DECLARAÇÃO que possui capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à:

- a) Manutenção e Suporte Técnico: Capacidade de prover suporte técnico e manutenção corretiva para o Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio (SDAI) modernizado, incluindo a disponibilidade de peças de reposição e a agilidade na resposta a falhas decorrentes da execução contratual, bem como a aptidão para oferecer serviços de manutenção preventiva, caso estes venham a ser objeto de contratação futura.

- b) Resolução de Falhas e Integração: Capacidade para resolver problemas de comunicação entre os componentes do sistema, garantir a integração plena do SDAI com o comando de demais sistemas da edificação (elevadores, cortina de acantonamento de fumaça etc) e com o software de monitoramento.
- c) Conformidade Normativa: Assegurar que a instalação e o funcionamento do sistema estejam em total conformidade com as normas NT 19/2022 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO) e ABNT NBR 17240.
- d) Gestão de Estoque e Logística: Capacidade de formar e gerenciar um estoque regulador de componentes essenciais para a continuidade operacional do sistema, conforme as necessidades do contrato.
- e) Treinamento e Documentação: Capacidade de prover treinamento completo para a equipe da Contratante e entregar documentação técnica atualizada (manuais, plantas, esquemas).
- f) Minimização de Interferências: Planejar e executar os serviços minimizando o impacto nas atividades diárias da PR-GO.

4.11. Assinatura do Contrato

- 4.11.1. A Administração realizará, obrigatoriamente, consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados (CADIN) antes da celebração do contrato ou de aditivos.
- 4.11.2. É vedada a contratação de licitantes ou contratados que constem no CADIN na data da consulta, nos termos do art. 6º-A da Lei 10.522/2002 (redação dada pela Lei 14.973/2024).
- 4.11.3. A empresa declarará, sob as penas da lei, que não possui débitos inscritos no CADIN que impeçam a contratação.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições De Execução

A contratada deverá executar os serviços de forma a reestabelecer o pleno funcionamento do sistema de detecção e alarme de incêndio da edificação, observando os requisitos descritos e as recomendações de segurança.

5.1.1. O início da execução do objeto ocorrerá em até 30 dias contados da emissão da Ordem de Serviço.

5.1.2. A execução dos serviços abrangerá as seguintes etapas e procedimentos:

- 5.1.2.1. Instalação de um novo painel central de controle, compatível com dispositivos endereçáveis e convencionais, em substituição ao modelo JUNO-NET obsoleto. O novo painel deve ter capacidade de gerenciar todos os dispositivos existentes e futuros, com interface amigável e recursos avançados de monitoramento.
- 5.1.2.2. Implementação de um painel repetidor em local de constante vigilância humana e fácil visualização, preferencialmente na recepção do edifício, para rápida identificação de alarmes e falhas.
- 5.1.2.3. Verificação e, se necessário, substituição dos detectores endereçáveis existentes, manutenção dos acionadores convencionais (com substituição apenas dos defeituosos) e instalação de novos dispositivos em áreas não adequadamente cobertas, priorizando tecnologia endereçável.
- 5.1.2.4. Integração do SDAI com o sistema de comando dos elevadores, garantindo seu funcionamento automático em caso de emergência (envio automático ao térreo e desativação). Implementação de software de monitoramento avançado para visualização em tempo real e geração de relatórios detalhados.
- 5.1.2.5. Avaliação da infraestrutura de cabeamento existente e substituição ou complementação, quando necessário, para garantir a comunicação eficiente entre todos os dispositivos e o painel central.
- 5.1.2.6. Revisão e, se necessário, complementação dos dispositivos de alarme sonoro e visual em todos os ambientes, garantindo a cobertura adequada conforme as normas vigentes.
- 5.1.2.7. Realização de testes abrangentes em todos os componentes do sistema após a modernização e execução de simulações de emergência para verificar a eficácia do sistema como um todo.
- 5.1.2.8. Estabelecimento de um plano de manutenção preventiva para assegurar a operação contínua e segura do sistema.

- 5.1.3. O cronograma detalhado de execução será apresentado pela contratada, minimizando interferências nas atividades da PR-GO e concluindo a instalação e operacionalização do sistema em prazo a ser definido no Termo de Referência.
- 5.1.4. Deverão ser observados os métodos, procedimentos, frequência e periodicidade de execução mencionadas nos materiais técnicos que compõem a presente contratação em especial o Caderno de Especificações e Encargos.
- 5.1.5. A contratada deverá seguir as rotinas de trabalho que garantam a segurança dos ocupantes e a integridade do edifício, em conformidade com as normas técnicas e as diretrizes da PR-GO. Isso inclui a coordenação com a equipe de segurança e manutenção da PR-GO para todas as intervenções, especialmente aquelas que possam afetar o fluxo de pessoas ou a operação de sistemas críticos.

5.2. Local e Horário Da Prestação Dos Serviços

- 5.2.1. Os serviços serão prestados nas instalações da Procuradoria da República em Goiás (PR-GO), endereço: Avenida Olinda Edifício Rosângela Pofahl Batista Qd. G, Lt. 2, nº 500, Park Lozandes Goiânia/GO, Responsável: Seção de Manutenção e Serviços Gerais, e-mail: prgo-smsg@mpf.mp.br; telefone: (62) 3243-5356.
- 5.2.2. Os serviços deverão ser realizados em dias úteis e horário comercial. Poderão ser definidos outros dias e horários, a serem acordados entre as partes, de maneira a garantir o prazo de execução do cronograma, porém o ônus trabalhista de horas extraordinárias dos funcionários é de exclusiva responsabilidade da Contratada.
- 5.2.3. A contratada deverá informar à fiscalização, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, sobre as intervenções de maior impacto, para que sejam tomadas as medidas adequadas junto ao público do edifício.

5.3. Materiais a Serem Disponibilizados

- 5.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para atender todas as condições deste instrumento.

- 5.3.2. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.3.3. A mobilização e desmobilização de equipe e materiais para a realização do objeto contratado será de responsabilidade da contratada, assim como o fornecimento de equipamentos, ferramentas, materiais, mão de obra, EPI, transporte e tudo que for necessário para a execução do serviço contratado.
- 5.3.4. Os equipamentos deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências da contratante e mantidos em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas e/ou elétricas da contratante. Deverão, ainda, ser de reduzido consumo de energia e possuir fiação elétrica segura e em tamanho suficiente para seu uso adequado.

5.4. Do Prazo de Execução

- 5.4.1. O prazo máximo de execução do objeto deve ser de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do início estabelecido na ordem de serviço.
- 5.4.2. A eventual reprovação do serviço em qualquer fase de execução, por culpa da Contratada, não implicará em alterações de prazos, nem a eximirá das penalidades contratuais;
- 5.4.3. A necessidade de dilação do prazo previsto inicialmente deverá ser formalizada e justificada pela Contratada, sendo a decisão quanto ao deferimento a critério da Contratante.

5.5. Da Responsabilidade Técnica

- 5.5.1. A responsabilidade técnica sobre os serviços ficará a cargo da CONTRATADA, que deverá providenciar o documento de Responsabilidade Técnica (ART junto ao CREA/GO).
- 5.5.2. A CONTRATADA deverá providenciar, em até 15 (quinze) dias úteis, o documento definitivo de Responsabilidade Técnica (ART), após a assinatura do contrato ou documento equivalente, ou após a emissão da Ordem de Serviço, e somente após a sua entrega será autorizado o início da execução do objeto,

conforme art. 27, § 1º da Resolução do CONFEA. 1.137 /2023 e inciso I do art. 2º da Resolução do CAU 184/2019.

5.5.3. Quando da substituição de responsável técnico, deverá ser providenciada novo documento (ART), apresentando-a à FISCALIZAÇÃO.

5.6. Dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI

5.6.1. A CONTRATADA é inteiramente responsável pela correta e efetiva utilização dos EPIs pelos seus colaboradores, devendo fornecê-los antes do início da execução dos serviços, de forma a garantir a segurança de seus funcionários, de acordo com o estabelecido nas normas do MTE aplicáveis.

5.6.2. A CONTRATADA deverá instruir seus funcionários quanto aos perigos inerentes à atividade em eletricidade e ao trabalho em altura, principalmente quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com o EPI adequado.

5.6.3. Cabe à contratada o fornecimento de toda a documentação prevista nas normas trabalhistas, a exemplos de certificados de trabalho em altura, PCMAT, etc.

5.7. Informações Relevantes Para o Dimensionamento da Proposta

A demanda do órgão tem como base as seguintes características e problemas identificados, que devem ser considerados no dimensionamento da proposta:

5.7.1. Obsolescência do SDAI atual: O sistema existente foi instalado em fevereiro de 2009 e encontra-se em estado de obsolescência, funcionando apenas parcialmente. O painel central (modelo JUNO-NET da Global Fire) foi descontinuado, dificultando a obtenção de componentes para reparos.

5.7.2. Falhas de comunicação e avisos sonoros: Foram identificadas falhas de comunicação dos laços com o painel central nos pavimentos subsolo, térreo e 1º pavimento, e problemas de instalação dos avisadores sonoros no 1º pavimento, restaurante e subsolo A.

5.7.3. Ausência de painel repetidor e software de monitoramento: Não há painel repetidor em local de constante vigilância humana e de fácil visualização, nem software de monitoramento, o que impede a identificação rápida e eficaz de falhas e alarmes.

5.7.4. Falta de integração com elevadores: O comando do elevador não está integrado ao SDAI, dependendo de acionamento manual de emergência, o que aumenta o risco de uso indevido em caso de incêndio.

5.7.5. Ausência de estoque regulador: A falta de um estoque regulador de componentes dificulta a manutenção e o reparo do sistema.

5.8. Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato

5.8.1. Entrega da documentação técnica atualizada: Incluindo manuais de operação, plantas do sistema (*as built*) e procedimentos de manutenção.

5.8.2. Treinamento da equipe da PR-GO: Assegurando que estejam capacitados para utilizar o SDAI de forma eficaz.

5.8.3. Testes finais e simulações: Para verificar a plena operacionalidade e eficácia do sistema.

5.8.4. Recebimento Provisório: Realizado pelos fiscais técnico e administrativo do contrato, após a conclusão dos serviços, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. Este recebimento não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ou defeitos

5.8.5. Recebimento Definitivo: Ocorre após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e a aceitação final, e somente após a solução de quaisquer pendências ou irregularidades apontadas.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, observando o cronograma físico-financeiro, parte integrante desta contratação, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato.
- 6.6. A empresa vencedora será notificada, por meio do e-mail constante em sua proposta de preços, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis seguintes à notificação, realizar seu cadastro no Sistema do Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal (SPE-MPF), acessado através do endereço <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>, uma nova ferramenta de recebimento de documentação externa (ofício, faturas, etc.), bem como a assinatura eletrônica de documentos (contratos, atas, ordem de serviço, etc.), que facilitará sobremaneira a tramitação dos procedimentos administrativos de contratação e pagamento.
- 6.6.1. Uma vez cadastrada no SPE-MPF, a empresa vencedora será notificada a assinar o contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis seguintes à notificação.
- 6.6.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período (5 dias úteis), por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 6.7. A assinatura do contrato pela empresa adjudicada implica no reconhecimento de que:
- 6.7.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, em seus anexos e no contrato;
- 6.7.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 6.8. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 6.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano

complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.10. Fiscalização

6.10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.10.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10.2.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.10.2.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10.2.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.10.2.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10.3. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10.3.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.11. Gestor do Contrato

6.11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11.1.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.11.1.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.11.1.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.11.2. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais

condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.11.3. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.12. Contratada

6.12.1. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

6.12.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.12.2. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.12.2.1. A equipe de fiscalização irá acompanhar a fiel execução do serviço de acordo com o projeto aprovado no CBMGO (anexo ao TR);

6.12.2.2. Deverão ser apresentadas, à equipe de fiscalização do contrato, amostras dos **materiais** a serem utilizados na execução do objeto. O procedimento para a apresentação e avaliação das amostras observará as seguintes condições e prazos:

6.12.2.2.1. Prazo para Apresentação: A Contratada deverá apresentar as amostras no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Serviço ou de solicitação formal da fiscalização, para os materiais cujas especificações requeiram avaliação prévia.

6.12.2.2.2. Condições da Apresentação: As amostras dos materiais deverão ser dos itens que efetivamente serão empregados na execução do objeto contratado, acompanhadas de catálogos, fichas técnicas, certificados de conformidade com as normas aplicáveis (ABNT, INMETRO, etc.), e quaisquer outros documentos que comprovem a sua adequação às especificações exigidas neste Termo de Referência.

6.12.2.2.3. Local de Avaliação: A apresentação e avaliação das amostras ocorrerão nas instalações da PR-GO.

6.12.2.2.4. Análise e Aprovação: A fiscalização realizará a análise das amostras quanto à sua conformidade com as especificações técnicas,

normativas e de qualidade em até 5 (cinco) dias úteis. A aprovação será condição indispensável para a aquisição e utilização dos respectivos materiais na execução dos serviços.

6.12.2.2.5. Reprovação: Em caso de reprovação de alguma amostra de material, a Contratada será formalmente notificada e deverá providenciar a substituição ou adequação do material/equipamento e reapresentar novas amostras, no prazo estabelecido pela fiscalização, sem que isso implique em alteração nos prazos contratuais de execução.

6.12.2.3. Para os **equipamentos** a serem empregados, a Contratada deverá apresentar documentação técnica que comprove sua equivalência com os equipamentos especificados neste Termo de Referência, bem como sua interoperabilidade com o sistema de detecção e alarme de incêndio (SDAI) existente na edificação. O procedimento para a apresentação e análise dessa documentação observará as seguintes condições e prazos:

6.12.2.3.1. Prazo para Apresentação: A Contratada deverá apresentar a documentação técnica dos equipamentos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Serviço ou de solicitação formal da fiscalização.

6.12.2.3.2. Condições da Apresentação: A documentação técnica deverá incluir catálogos detalhados, especificações técnicas, laudos, certificações (ABNT, INMETRO, etc.), declarações do fabricante ou outros documentos que atestem a equivalência técnica e funcional com os equipamentos de referência, e, crucialmente, a capacidade de integração e interoperabilidade plena com o SDAI já instalado.

6.12.2.3.3. Análise e Aprovação: A fiscalização realizará a análise da documentação apresentada quanto à sua equivalência técnica, conformidade normativa e, especialmente, a comprovação da interoperabilidade com o SDAI existente, em até 5 (cinco) dias úteis. A aprovação da documentação é condição indispensável para a aquisição e instalação dos respectivos equipamentos.

6.12.2.3.4. Reprovação: Em caso de reprovação da documentação técnica de algum equipamento, a Contratada será formalmente notificada e deverá providenciar a substituição do equipamento por outro que atenda aos

requisitos ou apresentar documentação complementar/adequada, no prazo estabelecido pela fiscalização, sem que isso implique em alteração nos prazos contratuais de execução.

6.12.3. A contratada deverá observar todos os requisitos de segurança para execução do serviço, em especial aqueles realizados em altura. Caso a fiscalização detecte alguma não conformidade, poderá paralisar imediatamente a execução, devendo a contratada adequar os procedimentos observando os normativos pertinentes no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação formal da fiscalização, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

7. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada por medições mensais.

7.1.1. Cada medição observará a conclusão das Etapas completas previstas no cronograma-físico e financeiro do contrato.

7.1.2. Só serão objeto de faturamento Etapas totalmente concluídas. (Exemplo será autorizado o faturamento da Etapa: PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO (PADRÃO MPF), após a sua devida instalação e medição.

7.2. Durante a execução contratual, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento e do serviço para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

7.3. À CONTRATADA deverá fornecer os materiais e executar os serviços em estreita observação do estabelecido nos materiais técnicos, que fazem parte desta contratação e será aprovado pela equipe fiscalização.

7.4. A cada relatório circunstanciado ou fatura ou nota fiscal, para fins de pagamento, corresponderá aplicação individualizada do instrumento de aferição da qualidade da prestação do fornecimento ou serviço (medição);

7.5. O valor devido a título de pagamento mensal à CONTRATADA será mensurado a partir do avanço físico apurado no Boletim de medição.

7.6. A aplicação das glosas não compromete a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

7.7. Do recebimento

- 7.7.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.7.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 7.7.1.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.7.1.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7.1.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.7.1.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)
- 7.7.1.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto (avaliação da medição) e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7.1.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

- 7.7.1.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.1.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)
- 7.7.1.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.1.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.7.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - 7.7.2.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
 - 7.7.2.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

- 7.7.2.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.7.2.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.7.2.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Do Faturamento

7.8.1. O Faturamento deve observar:

- 7.8.1.1. Após comunicação do gestor do contrato e no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal em nome da Procuradoria da República em Goiás, CNPJ 26.989.715/0014-27, acompanhada das seguintes comprovações:

ITEM	DOCUMENTOS EXIGIDOS
01	Comprovante da regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Receita Federal);
02	Comprovante da regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND)/Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CPD-EN) do INSS;

03	Comprovante da regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão de Regularidade do FGTS;
04	Comprovante da regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal;
05	Comprovante da regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão Negativa de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecida pela Lei nº 12.440/2011;

- 7.8.1.2. O documento de cobrança deverá ser entregue por meio eletrônico, por meio de sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>, ou em caso de indisponibilidade do sistema através dos e-mails PRGO-SMSG@mpf.mp.br, PRGO-SECGC@mpf.mp.br e PRGO-NEOF@mpf.mp.br, não sendo aceito por meio físico. O contratante não se responsabilizará pelo atraso no pagamento, quando o documento de cobrança for entregue por outro meio ou fora do prazo estabelecido, ou quando contiver alguma inconsistência que impossibilite o pronto pagamento.
- 7.8.1.3. A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada aos procedimentos de recebimento e liquidação.
- 7.8.1.4. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.
- 7.8.1.5. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.
- 7.8.1.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.8.1.7. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.8.1.8. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

7.9. Das condições de pagamento

- 7.9.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelo(s) serviço(s) efetivamente prestado(s), em moeda nacional, no prazo de até 15 dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em contracorrente, mediante Ordem Bancária.
- 7.9.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 7.9.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
- 7.9.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
- 7.9.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.9.5.1. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

7.9.5.2. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato (alínea “a”), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.2.4. Multa: O detalhamento contendo os prazos e percentuais referentes a aplicação de multas serão detalhados no contrato observando a regulamentação específica vigente no MPF.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
- 9.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
- 9.3. O critério de aceitabilidade de preços será: o valor máximo admitido para a contratação é o valor global estimado apresentado na planilha de custos de referência.
- 9.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);
- 9.4. O modo de disputa da sessão da licitação será **aberta**, permitindo lances sucessivos. Esta opção visa incentivar a competitividade e a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública, dada a preponderância do critério de menor preço.
- 9.4.1. O intervalo mínimo de diferença entre os lances apresentados pelos licitantes será de **R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, com correspondência de aproximadamente 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total máximo aceitável da contratação.
- 9.5. Para fins de habilitação deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Qualificação Técnica

- 9.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 9.5.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- 9.5.3. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, CREA, em plena validade;
- 9.5.4. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 9.5.5. Apresentação do(s) profissionais devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por

execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da contratação observando o disposto a seguir.

- 9.5.6. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 9.5.7. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.5.8. Para fins da comprovação de que trata o subitem acima, os atestados deverão dizer respeito:

9.5.8.1. Prova de Capacidade Técnica Operacional (Empresa): Atestado de capacidade técnica ou documento equivalente, compatível com o objeto desta licitação, ou seja, **prestação de serviço de instalação ou substituição de CENTRAL de detecção e alarme de incêndio endereçável com no mínimo 3 laços e 200 pontos de detecção**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste a aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos semelhantes aos da presente contratação.

9.5.8.2. Prova de Capacidade Técnica Profissional: Apresentação Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CAU, do(s) engenheiro(s) ou arquiteto(s) integrantes da equipe técnica da licitante, compatível com o objeto desta licitação, ou seja, **prestação de serviço de instalação ou substituição de CENTRAL de detecção e alarme de incêndio endereçável**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste a aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos aos da presente contratação.

9.5.8.2.1. Considera-se integrante da equipe técnica da licitante o profissional que possua vínculo trabalhista, societário ou contratual, a ser demonstrado para fins de contratação mediante apresentação da CTPS ou ficha de registro de empregado, do contrato social ou

estatuto vigentes, contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura (art. 67, inciso I, da Lei n.º 14.133/21).

9.5.8.2.2. Os profissionais indicados pela licitante na forma do item 9.5.8.2.1. deverão participar da execução do objeto da licitação, sendo admitida a sua substituição por profissional de experiência comprovadamente equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (art. 67, § 6º, da Lei nº 14.133/21).

9.5.9. Não será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.

9.5.10. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.5.11. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Habilitação jurídica

9.5.12. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5.13. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5.14. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor>;

9.5.15. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.16. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou

estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

- 9.5.17. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.5.18. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.5.19. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.5.20. Registro da pessoa jurídica no conselho pertinente (CREA).
- 9.5.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.5.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.5.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.5.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.5.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 9.5.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.5.27. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.5.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.5.29. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.5.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.5.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.5.32. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento (deverá ser apresentada e anexada no sistema certidão de falência atualizada, caso a data de expedição da certidão constante no SICAF seja superior a 60 (sessenta) dias);
- 9.5.33. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento (deverá ser apresentada e anexada no sistema certidão de falência

atualizada, caso a data de expedição da certidão constante no SICAF seja superior a 60 (sessenta) dias);

9.5.33.1. **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente REGISTRADO ou o LIVRO DIÁRIO devidamente AUTENTICADO na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta., caso o registro do mesmo esteja vencido no SICAF, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.5.33.2. Os índices exigidos no subitem acima são os usualmente adotados para assegurar que a situação econômico-financeira da licitante seja suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação, conforme Acórdão TCU nº 282/2018 – Primeira Câmara, Rel. Min. Augusto Sherman, julgado em 23/01/2018.

9.5.34. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.5.35. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.5.36.Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.5.37.Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.5.38.O atendimento aos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10. ESTIMATIVA DO PREÇO

10.1.O custo estimado total máximo da contratação e para aceitação da proposta é de **R\$ R\$ 143.038,67 (cento e quarenta e três mil e trinta e oito reais e sessenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na Planilha Orçamentária em Anexo (Anexo I).

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO
SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO (SDAI) DA PR/GO, INCLUINDO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, COMISSIONAMENTO E TREINAMENTO.	R\$ 143.038,67

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

- a. UG Executora: 200066;
- b. Programa de trabalho: [...];
- c. Plano interno: INFRAMPF;
- d. Fonte de recursos: 10000000000; e
- e. Natureza da Despesa: 339039;

OBS.: Informações relacionadas à disponibilidade orçamentária: DESPACHO 849/2025
SUBCEOF/SPOC - PGR-00399307/2025.

12. ANEXOS

ANEXO I - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS (ANALÍTICA, SINTÉTICA, CRONOGRAMA, INSUMOS E BDI).

ANEXO II - CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ENCARGOS: ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS.

ANEXO III – PLANTAS DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO DA PR/GO APROVADAS NA CBMGO.

ANEXO IV - ART - ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ALDO FARIAS - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS.

13. RESPONSÁVEIS

(assinado digitalmente)

Aldo Farias

Analista do MPU/Perito em Eng. Elétrica
SMSG/CA/SE/PR-GO

Goiânia, GO, *(data conforme assinatura digital)*.